

SESSÕES DO PLENÁRIO

4ª Sessão Ordinária da Convocação Extraordinária da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 12 de janeiro de 2009.

PRESIDENTE: DEP. ÁLVARO GOMES *AD HOC*

1º SECRETÁRIO: DEP. ELIEDSON FERREIRA *AD HOC*

2º SECRETÁRIO: DEP. HERALDO ROCHA *AD HOC*

À hora regimental verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Antônia Pedrosa, Arthur Maia, Bira Corôa, Capitão Tadeu, Carlos Ubaldino, Clóvis Ferraz, Edson Pimenta, Eliana Boaventura, Eliedson Ferreira, Elmar Nascimento, Emério Resedá, Euclides Fernandes, Fábio Santana, Fernando Torres, Gaban, Getúlio Ubiratan, Gilberto Brito, Heraldo Rocha, Isaac Cunha, Ivo de Assis, J. Carlos, Javier Alfaya, Joécio Martins, José Nunes, Júnior Magalhães, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiz Argôlo, Luiz Augusto, Marcelo Nilo, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Marizete Pereira, Misael Neto, Nelson Leal, Neusa Cadore, Paulo Azi, Paulo Câmera, Pedro Alcântara, Prof. Valdeci, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Sandro Régis, Virgínia Hagge, Waldenor Pereira, Yulo Oiticica e Zé Neto. (55)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- A Secretaria da Mesa informa a presença de 33 Srs. Deputados. Portanto, há quórum para a abertura da sessão.

Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

Solicito ao Sr. 1º Secretário fazer a leitura do expediente.

(O Sr. 1º Secretário *ad hoc*, deputado Eliedson Ferreira, procede à leitura do expediente.)

OFÍCIOS

Da Dep. Maria Luiza, comunicando sua ausência na sessão do dia 22/12/2008, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Do Dep. Euclides Fernandes, comunicando sua ausência na sessão do dia 23/12/2008, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Pequeno Expediente.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, o nobre deputado Gilberto Brito.

O Sr. GILBERTO BRITO:- Presidente guerrilheiro Álvaro Gomes, V.Ex^a que faz uso constante da palavra na tribuna, hoje fala também da Presidência, como *ad hoc*, e quero cumprimentá-lo.

Quero externar aqui, na Casa, minhas felicitações ao Congresso Nacional, por ter aprovado, e ao presidente da República, por haver sancionado o projeto de lei que permite o investigatório dos acusados de crimes por videoconferência. Aqueles que são mais nefastos no convívio social, aqueles de maior de periculosidade, cujas ações são mais lesivas ao tecido social e, por via de consequência, são recolhidos aos presídios de segurança máxima – que não são muitos no País, o que faz com que as dificuldades aumentem – poderão ser, agora, interrogados à distância, devido ao avanço tecnológico. Isso vai ensejar economia, segurança e dar maior celeridade aos processos criminais.

Cito, aqui, o exemplo de “Fernandinho Beira-Mar”, que tem percorrido o Brasil todo de avião, a um custo exorbitante, para ser interrogado ou participar da oitiva de alguma testemunha em processo no qual é acusado.

Com a videoconferência, creio que, de forma indubitosa, os processos terão maior êxito. E com a economia que fará, o Estado poderá investir em outro setor da mesma área. E isso, deputado Clóvis Ferraz, ensejará que avancemos um tanto nesse aspecto, tendo em vista que o avanço da criminalidade é sem medidas no País todo.

A cada dia que passa, acompanhamos pela imprensa escrita, televisada e por outros meios de comunicação o quanto a violência tem sacrificado a paz da sociedade, deputado Roberto Carlos. Sendo que em derredor de 80% dos crimes verificados, hoje, no País – quando me refiro a crime na terminologia, no sentido estrito, refiro-me ao homicídio, pois, na linguagem popular, o crime é tido e havido como sendo o homicídio – estão vinculados diretamente ao tráfico de drogas.

Ou nós tomamos medidas ou a Justiça se torna mais célere e as ações das polícias, prevenindo e investigando, tornem-se mais consistentes, ou nós estaremos fadados a um resultado nebuloso para a sociedade. Ainda ontem um canal de TV, a *Globo News*, entrevistou o juiz de Direito da Vara da Infância e da Adolescência do Ceará, um psicólogo do Ministério da Justiça e também um empresário. Parece-me que era alguém do Unicef. Ao longo da entrevista foi mostrado o parto duma menina de 14 anos que deu à luz o filho dentro dum presídio.

Se não houver coragem dos diversos governantes para implantar uma política nesse sentido, mais e mais gravames nós estaremos a enfrentar. Sou da opinião, ratificando o que já firmei inúmeras vezes, de que todos os governos - municipais,

estaduais e federal - têm de implantar urgentemente no País um programa firme, aberto e determinado de planejamento familiar. Ou se faz isso ou estaremos fadados a consequências sem limites. No dia em que os hospitais públicos estiverem disponibilizados para as laqueaduras de trompas, as vasectomias e a implantação do DIU, estaremos evitando com certeza um aumento substancial no número incontrolado da delinquência e da violência no Brasil.

Então essas jovens que hoje já se encontram nos pseudotratamentos nas prisões e de lá já saem grávidas ou mães teriam inquestionavelmente de sair também com o DIU implantado para que outras crianças não venham a nascer desamparadas da mãe, do pai e da sociedade. Do mesmo modo que o Congresso Nacional teve a determinação de propor aprovando, e a Presidência da República sancionando, o projeto de lei que cria os interrogatórios por videoconferência, é preciso que ele também pare, reflita e analise a importância de tomar essas medidas que, sem dúvida, poderão evitar mais gravames para a sociedade.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Com a palavra o nobre deputado Clóvis Ferraz.

Peço ao nobre deputado Roberto Carlos que assuma o meu lugar na presidência. Peço também ao deputado Valdeci que substitua o deputado Heraldo Rocha, que vai falar logo após o deputado Clóvis Ferraz.

O Sr. CLÓVIS FERRAZ:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, Srs. Jornalistas, senhores e senhoras presentes às Galerias Paulo Jackson, nós queremos nos solidarizar com o Dr. Victor Ventim, presidente da Federação das Indústrias do Estado da Bahia, que está sendo contestado pelo secretário da Fazenda, Dr. Carlos Martins. Numa entrevista ao jornal *Tribuna da Bahia*, o Dr. Victor Ventim teceu comentários a respeito da falta de apoio do governo estadual aos diversos setores produtivos do Estado da Bahia, principalmente na questão da indústria e do comércio. Nesse sentido ele disse que faltava ao governo, como já dissemos aqui também, sensibilidade para atender neste momento de crise os empresários, as diversas entidades, como a Federação das Indústrias do Estado da Bahia, a Federação do Comércio, CDL, a Federação da Agricultura. Todas essas entidades haviam encaminhado ao governador Jaques Wagner documento solicitando a prorrogação do prazo de pagamento do ICMS, além de outros incentivos, para enfrentar a crise da economia, como um todo, neste momento em que o governo federal tem tomado algumas medidas de apoio aos diversos setores da economia do país para enfrentar a dificuldade na crise econômica mundial, mas que afeta o Brasil.

Não é diferente na Bahia que tem um setor industrial e exportador forte, uma agricultura pujante e um comércio forte; claro que todos esses setores estão sendo afetados e prejudicados. Seria preciso que o governo Jaques Wagner, através das secretarias competentes, desse o devido apoio e tomasse medidas para socorrer as indústrias, a pecuária, a agricultura e o comércio, antecipando-se à crise.

O Dr. Vítor Ventim apenas disse que o governo estava sendo insensível em não atender ao pleito dos empresários; que o governo estava tendo pouco diálogo com os diversos setores da economia e que tem investido pouco na logística do Estado, na questão dos meios de transporte: ferroviário, hidroviário, multimodais e rodoviário. Essa logística não está tendo apoio devido do governo do Estado.

Alguns projetos que o governo lançou e tem dito que vai fazer, por enquanto está no papel. A ferrovia oeste-leste, a chamada hidrovia do São Francisco, que até hoje não saiu. Enfim, diversos setores de infraestrutura do Estado, os chamados gargalos da ferrovia, como no caso de Cachoeira e São Félix, caso de Paraguaçu, o Porto de Salvador que tem tido sérios problemas.

Temos visto um crescimento acentuado do Porto de SUAP em Pernambuco, enquanto o porto de Salvador sofre dificuldades na questão da logística. Por isso a crítica do Dr. Vítor Ventim, presidente da Federação das Indústrias do Estado da Bahia, realmente tem sentido, pois estava apenas solicitando maior diálogo com o governo do Estado, para que ouvisse os empresários, a fim de ver quais são as medidas necessárias para que se possa enfrentar a crise nesse momento.

Por isso, fizemos uma indicação ao governo do Estado para que prorrogasse o prazo de recolhimento do ICMS, que providenciasse medidas de apoio aos diversos setores: ao industrial, ao agropecuário e ao setor do comércio, para que todos esse setores que fazem a economia do Estado não sofram muito com a crise, ou seja, deixando de gerar empregos.

Já estamos vendo as indústrias, o comércio já demitindo por causa do problema da crise. É preciso que o governo do Estado tenha sensibilidade para atender os diversos segmentos da economia...

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Deputado Clóvis Ferraz, gostaria de contar com a tolerância de V.Ex^a...

O Sr. CLÓVIS FERRAZ:- Eu gostaria que V.Ex^a tivesse a mesma tolerância que teve o presidente anterior para que eu possa concluir.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Eu sempre tenho tolerância, V.Ex^a sabe bem disso, conclua.

O Sr. CLÓVIS FERRAZ:- V.Ex^a, juazeirense de carteirinha, está sendo um pouco rígido no tempo.

(...) Então pediria ao governo do Estado, ao Secretário da Fazenda, Dr. Carlos Martins, que mantivesse esse diálogo com os empresários para que essa crise não afetasse tanto a economia do Estado e para que não haja demissões, para que haja, sim, o comércio e a indústria pujantes para a geração de emprego e renda e geração de impostos para que possam manter os outros setores do Estado como a educação, a saúde e a segurança pública.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o nobre deputado Heraldo Rocha pelo tempo de até 5 minutos.

Convoco o nosso companheiro Fernando Torres para substituir temporariamente o deputado Heraldo Rocha que, com a sua sutileza, sua dedicação aos baianos, vai falar na tribuna da Assembléia Legislativa pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, teleouvintes da *TV Assembléia*, rádio ouvintes da *Rádio Oposição*, visitantes que nos dão a honra de suas presenças. “César Nunes provoca polêmica”, matéria do jornal *A Tarde*, por Samuel Lima. “Entrevista do Exmº Sr. Secretário da Segurança Pública, César Nunes, publicada com exclusividade na edição de ontem de *A Tarde*”, matéria assinada pelo jornalista Samuel Lima, gerou discursos discordantes e concordantes. (lê) “ ‘Acho importante o Estado não se acovardar, como falou o secretário. Mas preocupa-me se isso vai produzir mais violência. Quando ele falou 'que tombe do outro lado', pode sugerir uma espécie de licença para matar. O dever do Estado é preservar a vida’, advertiu a professora universitária Tânia Cordeiro, do grupo gestor do Fórum Comunitário de Combate à Violência. 'Publicamente, ele (Nunes) criou a pena de morte na Bahia. Por mais delitos em que esteja envolvido, o indivíduo tem que ser julgado', disparou Hamilton Oliveira, o DJ Branco, do Conselho de Desenvolvimento de Comunidades Negras da Bahia. As afirmações de César Nunes também apresentariam contradições, segundo observações da professora Tânia. 'Ele falou que a maioria dos homicídios tem o tráfico de drogas como origem e depois disse que é difícil preveni-los. Se houver medidas contra o tráfico, podemos reduzir os índices de homicídios'.

“Violência mata 6 por dia na Bahia.” “Salvador, 1720 é o número de homicídios registrados apenas na capital em 2008” – hoje é dia 12 de janeiro. “31,5% foi o aumento, de 2007 para 2008, da taxa de homicídios na região metropolitana de Salvador”. “*Violência chega a bairros nobres*” - tiroteio na Barra às 16h de sábado. “Insinuante é assaltada no Shopping Barra”. “Polícia prende irmão de traficante Piti e mais 13 em operação.”

O Deputado Gilberto Brito citou uma matéria que, ontem, assisti na *Globo News*, a o painel da jornalista conceituada Mônica Waldvogel. Eu vivenciei isso quando secretário do Trabalho e Ação Social no governo Paulo Souto e também como secretário de Justiça do governo César Borges. O que falta à Bahia não é recurso. Nós temos dinheiro em caixa – palavras do Exmº Sr Secretário da Fazenda do Estado da Bahia, em audiência pública nesta Casa. O que falta é gestão pública. É uma política estratégica, pública, de segurança, em que temos que ter a participação dos três governos, da sociedade civil e das organizações sociais que prestam um excelente serviço aos Estados, aos municípios. O que falta é uma política em que o Sr. Governador desça do palanque e assuma o governo da Bahia. Desça do palanque, governador, e assuma o governo da Bahia.

O interior... Há pouco eu dava uma entrevista a uma emissora da microrregião do sisal e o repórter José Ferraz me perguntava: O que fazer, deputado? Eu respondi: O que fazer é o governador assumir o seu papel, eleito pelo povo da Bahia no primeiro turno. O que falta, não é mudar o comandante da Polícia Militar; não é

mudar o secretário da Segurança; não é pintar a viatura de azul. O que falta é pulso, é gestão. É um combate à criminalidade e à violência, não só com prevenção mas também com repressão. Ora, faltam políticas públicas da área social. Culpam o nosso governo. E o governo do presidente Lula? São seis anos... Bolsa Família, política da Família Agrícola... Só conversa, papo furado! Cadê as políticas sociais do governo do presidente Lula, que lhe dão 84% de aprovação popular?

Portanto, Sr. Presidente, falta ao governo da Bahia responsabilidade. Falta ao governo da Bahia assumir o governo, porque a situação é pior do que a guerra de Israel contra os palestinos, pior do que a guerra do Iraque.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o nobre deputado Álvaro Gomes pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, demais presentes, nós já estamos na segunda semana da convocação extraordinária e considero bastante positivos os trabalhos nessa primeira semana, quando já foram votados seis projetos, ou seja, cerca de 25%. Naturalmente até o final desta convocação teremos discutido aqui todos os projetos, sem dúvida alguma projetos de grande importância para a sociedade, entre os quais os projetos do funcionalismo. Nós destacamos também os projeto da Lei Orgânica da Polícia Civil e o da Defensoria Pública, também de grande importância. Destacamos projetos nas áreas da Saúde, Educação e também o de transporte alternativo, enfim, são vários projetos que temos para o debate, que trarão grandes benefícios para a sociedade. Evidentemente, eles foram discutidos com segmentos organizados da sociedade, foram debatidos com suas respectivas categorias, e são projetos que vêm para cá após intenso debate e após consenso entre as entidades.

Isso significa uma vitória da sociedade, uma vitória da democracia, da transparência, porque pela primeira vez se discutem com tanta intensidade e com tanta transparência as questões de funcionalismo público. E depois de todo esse debate, se ainda forem necessários alguns ajustes, e que sejam justos, sem dúvida, a disposição do governo é de corrigir e de fazer os ajustes necessários.

Portanto, teremos uma semana de grande movimentação nesta segunda semana de convocação extraordinária.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o nobre deputado Paulo Azi pelo tempo de 5 minutos. V.Ex^a vai usar a tribuna e os baianos vão ficar atentos ao ouvirem a mensagem de V.Ex^a.

O Sr. PAULO AZI:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, senhores e senhoras que acompanham esta sessão, na última sexta-feira, a Bahia, especialmente a Bahia esportiva, mais uma vez, foi pega de surpresa com mais um adiamento da entrega das obras do Estádio de Pituçu. Tenho dito, Sr. Presidente, V.Ex^a, que é um esportista nato, que muito tem ajudado o Juazeiro a erguer-se no cenário esportivo

baiano, sempre tenho dito que a obra de Pituaçu, da reforma do seu estádio, é a marca registrada desse governo. Ali se percebem facilmente decisões equivocadas, desrespeito às leis, absoluta falta de planejamento, descontrole de preço e improvisação.

Sr. Presidente, um ano depois do início das obras, realizadas com dispensa de licença de licitação, sob o argumento da urgência e da emergência, um ano depois se descobre que não se previam estacionamentos, que não se previa e não se estudou o escoamento das pessoas que irão àquela praça esportiva. Um ano depois, Sr. Presidente, e olhem que se formos observar os objetos das dispensa de licitação, está lá: construção das vias de acesso ao Estádio de Pituaçu.

Fico a me perguntar, deputado Capitão Tadeu, imagine V.Ex^a se o governador Jaques Wagner não fosse torcedor do Bahia, o que já teria feito S.Ex^a para prejudicar esse clube, pelo qual não torço, é verdade, porque sou rubro-negro, mas que tem passado enormes dificuldades em função, repito, das decisões equivocadas e sem nenhum planejamento de S.Ex^a, o governador Jaques Wagner.

Fico a imaginar, deputado Roberto Carlos, se uma reforma de um estádio como Pituaçu demandou tamanha discussão, tantas interrogações, imagine V.Ex^a o que será da nossa velha e querida Fonte Nova. Tenho cá para mim, deputado Roberto Carlos, que este governo vai ficar empurrando com a barriga a questão da Fonte Nova, vai ficar empurrando com a barriga e vai deixar esse abacaxi para o futuro governo,...

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Para concluir, deputado.

O Sr. PAULO AZI:- (...) porque, se a reforma de um estádio que previa consumir algo em torno de 22 milhões de reais já consumiu 60, e dizem que vai, ao final das obras, ao final da construção da passarela, que só agora verificaram ser necessária, ao final das obras para modificar as vias de acesso, consumir mais de 70 milhões de reais.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Para concluir, deputado, seu tempo literalmente esgotado, na prorrogação do segundo tempo.

O Sr. PAULO AZI:- Quero dizer a V.Ex^a que, como fiel e estritamente defensor do poder e do prestígio de V.Ex^a, dou-me por satisfeito com as observações aqui elencadas desta tribuna e atendo com muito prazer às determinações de V.Ex^a.

Era o que tinha a dizer.

(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Grande Expediente.

Não há orador no Grande Expediente.

Horário das Representações Partidárias.

Concedo a palavra ao nobre Líder do governo, da Maioria, ou ao representante do PMN para fala ou indicar orador, pelo tempo de até 10 minutos.

Não havendo orador a indicar, concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou

ao representante do PTN para falar ou indicar orador pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. Misael Neto:- Falará por todo o tempo o deputado Heraldo Rocha.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o nobre deputado Heraldo Rocha pelo tempo de até 10 minutos.

Antes, deputado Heraldo Rocha, gostaria de anunciar a presença da Aucatracc, Associação de Transporte Complementar da cidade de Curaçá, também representada aqui pelo Sr. Dedé e Marconi da Cooperativa do Transporte Complementar da cidade de Casa Nova.

Com a palavra o nobre deputado Heraldo Rocha, por 10 minutos.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, representantes da imprensa, teleouvintes da *TV Assembléia*, radioouvintes da *Rádio Oposição*, internautas que acessam o nosso site www.heraldorocha.com.br, visitantes das barrancas do São Francisco que nos dão a honra das suas presenças, na semana passada, colocamos em pauta para discussão nesta Casa mais um crime contra o servidor público estadual.

O Excelentíssimo Sr. Governador enviou para esta Casa uma PEC, que altera o art. 39 da Constituição do Estado, para acabar com a estabilidade econômica do servidor público estadual. Aqueles que no passado recente, usando o boleto do servidor público estadual, se elegeram governador, deputado, vereador, prefeito pelo Partido dos Trabalhadores, aqueles do passado recente, como o Sr. Jaques Wagner que se elegeu governador da Bahia, era líder sindical, agora envia para esta Casa um projeto de emenda constitucional que acaba com a estabilidade econômica do servidor público.

O servidor adquire a estabilidade econômica ao exercer por 10 anos um cargo comissionado, o que foi defendido por esta Casa, e V. Ex^a, deputado Pedro Alcântara, era um constituinte na época. E, se não bastasse essa ignomínia, esse crime contra a Constituição, contra a história de um partido que se diz republicano, democrático, ele apresenta o projeto de lei nº 17.727/2008, não satisfeito em derrubar um direito com uma emenda à Constituição, no art. 39, para acabar com a estabilidade, ele envia para esta Casa, está tramitando, o projeto de lei nº 17.727 que visa modificar a forma de revisão da vantagem “estabilidade econômica”. E aí altera o Estatuto do Servidor Público estadual, altera a lei nº 6.677/94, o Estatuto dos Servidores Públicos do Estado que é inspirado na Constituição Estadual, que prevê no seu art. 92 a referida vantagem, estabelecendo no parágrafo 2º a seguinte forma de reajuste, que passo a ler:

“§ 2º – A vantagem pessoal, por estabilidade econômica será reajustada sempre que houver modificação no valor do símbolo em que foi fixada, observando-se as correlações e transformações estabelecidas em lei.”

O projeto de lei nº 17.727, que o governo enviou para esta Casa, esse artigo, no parágrafo 2º, terá a seguinte redação: “A vantagem incorporada na forma desta lei será revista na mesma época e no mesmo percentual do reajuste geral de vencimentos dos servidores públicos estaduais”.

Senhoras e senhores, isto é um verdadeiro atentado contra conquistas do

servidor público do Estado, conquistas que o funcionalismo público baiano obteve mediante muito esforço.

Qual motivo que leva o Exmº Sr. Governador, querido deputado José Nunes, a tomar essa atitude? Será porque são servidores que serviram ao nosso governo? Uma profissional que por 10 anos foi diretora de um colégio, prestando seu serviço, será que é por isso? Sacrificar um profissional que dirigiu uma Dires, um profissional de saúde, ou que exerceu um cargo em uma secretaria, acabando com a estabilidade, protegida pela Constituição do Estado em seu art. 39!...

E a Mesa de Negociação, deputado? Será que na Mesa de Negociação, tão propalada por este governo, onde com debate, democracia e liberdade seriam tratados os segmentos do Estado, foi discutido isso? Não!

Tenho recebido, deputado Paulo Azi, em nome da Liderança, várias categorias, como defensores públicos, delegados, procuradores...

Deputado Álvaro, tenho certeza que V.Exª está prestando atenção no que estou dizendo e não vai assumir, com sua história de luta pelo trabalhador, esse projeto. Tenho plena consciência disso: V.Exª não pode votar contra o trabalhador.

Tenho recebido representantes das categorias e pergunto a eles: V.Sªs tomaram conhecimento desse atentado contra o servidor público? Não! Quando discutimos com alguns setores do governo algumas reivindicações das categorias não foi tratado esse assunto.

V.Exª, deputado Capitão Tadeu, já declarou nesta Casa, num aparte, parece-me que ao deputado Clóvis Ferraz, que não votará a favor desse projeto, que é contrário a ele. Quero ver se os deputados da Base aliada vão ter esse mesmo comportamento! Coerência não tem preço.

Estão usurpando, a palavra é esta.

O deputado Elmar Nascimento, num aparte feito na semana passada a este parlamentar, disse uma frase dura: “Isso é um verdadeiro estupro contra o servidor público estadual”.

O que nos surpreende é: cadê os sindicatos? Cadê os presidentes de sindicatos que não vêm cá para defender os servidores públicos do Estado? Se isso acontecesse em recente passado, esta Casa estaria fervilhando. Já teriam arreventado até o Palácio do Governo. Cadê eles? As categorias não está sendo representadas.

Perguntei a um líder sindical na semana passada: a educação do Estado da Bahia vai bem? Ele respondeu: “Não, vai muito mal.”

Então, por que o senhor não fala? Por que o senhor não reclama?

Estão dominados, dominados, dominados!

Portanto, a nossa bancada, a Bancada da Oposição com apoio, tenho certeza, de deputados da base aliada... Nós apresentamos uma emenda supressiva que já está apensada ao projeto, porque essa ignomínia, esse atentado nós não vamos permitir que se cometa contra o funcionalismo público da Estado.

Não podemos aceitar, de forma nenhuma, que se venha usurpar um direito adquirido do servidor público do Estado da Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o Líder do Governo ou da Maioria ou representante do PSB para falar ou indicar orador pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, falará por 05 minutos o deputado Reinaldo Braga e 05 minutos o deputado Capitão Tadeu.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o deputado Reinaldo Braga pelo PSB pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. REINALDO BRAGA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, venho a esta tribuna para registrar um fato que está ocorrendo com muita frequência na política baiana, e eu creio até que na política brasileira, que é a questão da substituição dos prefeitos.

Quando o prefeito eleito é adversário do prefeito que deixa o cargo, nós temos assistido a muitos desmandos, irregularidades, uma política de terra arrasada. Há uma dilapidação do patrimônio público, e o jornal *A Tarde*, no seu editorial de ontem, constata isso e eu tenho a satisfação de ler aqui o editorial, pedindo que fique registrado nos Anais desta Casa essa matéria.

(Lê): *“Editorial - Terra arrasada. Um dos maiores males da administração pública brasileira está na descontinuidade. O sucessor vê-se forçado a partir praticamente do zero, porque encontra a casa desmantelada, às vezes sucateada pelo antecessor a quem venceu nas urnas. É a política de terra arrasada, praticada no intuito de inviabilizar a nova gestão pública. E assim os municípios se atolam na estagnação.*

“A intenção é mesmo inviabilizar a administração do sucessor” - concorda José de Souza Filho, coordenador das Promotorias de Justiça Eleitorais da Bahia, a propósito do vandalismo, em certas prefeituras, na posse dos novos titulares. Houve casos de destruição fria e deliberada de equipamentos assistenciais e contabilidade, conforme reportagem de A TARDE. Mas nenhum deles repercutiu tanto no Sudeste quanto o caso da cobra.

Parece anedota. O prefeito de Almadina, no sul baiano, entrou no gabinete e, felizmente, avistou logo uma cobra. Enroscada, de bote armado, sob a mesa de despachos, ela o aguardava. É isso: os prefeitos de mandato expirado ausentam-se das cerimônias de posse e alguns preparam recepções venenosas. O provincianismo e falta de cultura cidadã, além da crueldade, no episódio citado, caracterizam as sucessões municipais.

Em outro município, ambulâncias pareciam recém-.chegadas de um rally na África. E o noticiário exibiu montes de documentos oficiais espalhados ao vento e ao vento, incluindo talonários. A cada eleição, a tragicomédia é encenada, não em busca de aplausos mas para incutir melancolia e revolta na plateia de infelizes munícipes. Repete-se então um coro de lamentações que se diluem no silêncio. Só os mortos não reclamam, como disse Graciliano Ramos, em relatório célebre, quando saudoso prefeito de Palmeira dos Índios, nas Alagoas.

Muitos prefeitos, irritados pela perda do poder, insuflados pela tendência aos atos maus, esvaziam os cofres, contraem dívidas façanhudas, no luscofusco das gestões, deixam nós difíceis de desatar. E saem à francesa, indiferentes à Lei de Responsabilidade Fiscal, aos atritos com Tribunal de Contas dos Municípios. A desfaçatez vem a ser estimulada pela morosidade dos processos judiciais, punições sempre adiadas e apadrinhamento dos poderosos de plantão.”

Eu acho que cabe aqui à Justiça da Bahia, no caso específico a Eleitoral, medidas severas no sentido de coibir tais abusos, porque quem sofre é o povo. A administração não é única. Ela tem de ter continuidade mesmo. Ninguém é dono do poder nem das coisas públicas.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Euclides Fernandes:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Questão de ordem levantada pelo deputado Euclides Fernandes.

O Sr. Euclides Fernandes:- Sr. Presidente, a nossa questão de ordem refere-se à continuação da presente sessão. De acordo com o Regimento Interno, solicitamos que seja feita a verificação de quórum para a continuidade da sessão.

O Sr. Heraldo Rocha:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Questão de ordem levantada pelo deputado Heraldo Rocha.

V.Ex^a, deputado Euclides, será atendido. O deputado Heraldo está pedindo também questão de ordem. De praxe, temos que ouvir os dois lados.

Com a palavra o deputado Heraldo Rocha.

O Sr. Heraldo Rocha:- Sr. Presidente, há pouco fui entrevistado, parece-me que pela *TV Itapoan*, e a repórter me perguntou se estamos em convocação extraordinária. Eu disse que sim. Perguntou-me também se as sessões não deveriam ocorrer na segunda, terça, quarta e quinta-feiras. Perguntou-me porque não tem quórum. Eu disse que tem quórum, tanto que hoje já abrimos a sessão, eu, os deputados Álvaro e Eliedson. Posteriormente, vieram V.Ex^a, Pedro Alcântara, Antônia Pedrosa, Paulo Azi e Fernando Torres. Esses dois participaram da Mesa.

Então queria fazer um apelo ao nobre deputado Euclides. Sei que V.Ex^a está coberto de razão porque, se há convocação extraordinária, os deputados devem estar presentes ao Plenário. Concorde com o senhor. Mas vamos continuar a sessão, discutir temas importantes. Temos a presença de vários visitantes na nossa Casa, representantes que querem ouvir os posicionamentos dos Srs. Parlamentares. É claro que hoje não temos nenhum projeto, parece-me, na pauta de votação. Porém há temas que estamos discutindo, como a violência, os problemas do transporte escolar, as situações em vários municípios, a questão específica da estabilidade do servidor estadual que é importantíssimo.

Então faço, mais uma vez, um apelo a V.Ex^a e ao deputado Euclides Fernandes para que a gente possa discutir, ele levante o tema que quiser. Vamos discutir, estou

preparado para essa discussão e sei que ele também está, mas não vamos fazer com que esta sessão caia.

Peço aos Srs. Parlamentares que estão nos seus gabinetes, no cafezinho, ou em outras dependências do Palácio Luís Eduardo, que venham porque, realmente, não é de bom alvitre que esta sessão não tenha continuidade e para que possamos discutir os temas importantes que a sociedade tanto anseia de nós parlamentares.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE(Roberto Carlos):- V.Ex^a também será atendido.

O Sr. Euclides Fernandes:- Sr. Presidente, observe, eu gostaria de colocar as coisas nos seus devidos lugares. Quando há uma questão de ordem para verificação de *quorum* V.Ex^a não pode passar para outra questão de ordem enquanto não verificar se houve *quorum* para continuação da sessão. No decorrer da verificação, nos minutos que são concedidos, aí é que V.Ex^a poderá conceder.

Mas quero dizer a V.Ex^a que eu não abro mão, de acordo com o Regimento Interno desta Casa de Leis é um direito deste deputado, de pedir verificação de *quorum*. Acredito até que vai haver *quorum*, porque o nobre Líder do DEM já pediu aos deputados para comparecerem.

Agora, Sr. Presidente, se não há número regimental, se chegarem os Srs. Deputados para continuação da sessão, meus aplausos, porque eles vêm cumprir com a obrigação dessa convocação extraordinária.

O Sr. PRESIDENTE(Roberto Carlos):- V.Ex^a será atendido.

O Sr. Euclides Fernandes:- Então quero dizer a V.Ex^a que não abro mão da verificação de *quorum*. Mesmo que já tenha aqui os 21, eu quero a verificação de *quorum*.

O Sr. PRESIDENTE(Roberto Carlos):- Só quero informar a V.Ex^a que em todos os momentos quando algum deputado levantou uma questão de ordem, estas foram feitas pelas duas partes: Governo e Oposição. Se não se procedesse desta forma, deputado, nunca se conseguiria ter uma sessão normalmente com a presença de, no mínimo, 21 deputados. Por isso que eu procedi desta forma e quero conceder o aparte aos deputados Álvaro Gomes...

O Sr. Euclides Fernandes:- Nobre presidente, coloque a contagem do tempo do pedido de verificação de *quorum*...

O Sr. PRESIDENTE(Roberto Carlos):- V.Ex^a tem toda razão.

O Sr. Euclides Fernandes:- (...) aí V.Ex^a dá questão de ordem a quem V.Ex^a quiser.

O Sr. PRESIDENTE(Roberto Carlos):- Gostaria que zerassem o painel, por favor. Estamos aguardando os 15 minutos.

Pela ordem os deputados Álvaro Gomes, Paulo Azi, Júnior Magalhães e Elmar Nascimento.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, a minha questão de ordem é mais no sentido de solicitar a presença dos deputados aqui na sessão plenária, porque há uma solicitação de verificação de *quórum*, inclusive estava neste momento no tempo do PSB. O deputado Reinaldo Braga tinha feito o uso da palavra durante cinco minutos.

O deputado Capitão Tadeu iria fazer uso dos cinco minutos restantes, mas não houve tempo. Houve uma solicitação de *quórum* para a continuidade da presente sessão.

Portanto, eu faço um chamamento aos deputados da base governista, para que eles compareçam à sessão plenária. Nós já temos 13 deputados, precisamos de 21 parlamentares para dar *quórum*. Faço um apelo aos deputados governistas e oposicionistas para que possamos ter um debate importante.

Portanto, eu faço um apelo aos deputados que estão em seus gabinetes ou na sala do cafezinho, neste momento, discutindo e articulando com os diversos segmentos da sociedade, para que compareçam aqui à sessão plenária. Nós já temos 15 deputados e estão faltando apenas seis para dar *quorum*.

Eu acho que nós estamos vivendo um momento muito rico. Esta é uma convocação extraordinária, necessária e indispensável. Evidentemente, tivemos muitos problemas para a votação de projetos de parlamentares, em função da dificuldade do próprio processo eleitoral. Depois tivemos dificuldade em função da decisão judicial. A Justiça determinou que fosse feita a recomposição das comissões. Por isso, nós tivemos dificuldades para votar projetos no último período. Contudo, mesmo sem a votação de projetos, a Assembleia Legislativa funcionou plenamente com o seu debate, discussão, elaboração de proposições. E a convocação extraordinária é absolutamente necessária para que possamos votar esses projetos. São 25 projetos importantes, e nós precisamos votar nesta convocação extraordinária. Então, hoje é um dia importante para debatermos e fazermos a discussão e a votação dos projetos.

Portanto, faço um apelo aos deputados da base governista, assim como aos da oposição, para que todos, neste momento, deem presença. Nós já temos 16 deputados, e estão faltando apenas cinco para que haja *quorum*.

O Sr. Paulo Azi:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o deputado Paulo Azi.

O Sr. Paulo Azi:- Sr. Presidente, eu não poderia deixar de lamentar o que está a ocorrer neste momento no plenário. Esta Assembléia já vem vivendo constantes ataques e, muitas vezes, até justificados através da imprensa com relação a esta convocação extraordinária. O presidente da Assembleia, deputado Marcelo Nilo, num gesto de extrema lealdade ao governo, resolveu assumir o ônus desta convocação, pois todos sabem que ela atende aos estritos interesses do governo do Estado.

Pois bem, Sr. Presidente, não obstante esta situação que vivemos, vem o nobre e respeitado deputado Euclides Fernandes e solicita *quórum* com o intuito de derrubar a sessão. Seria mais proveitoso que o Líder do Governo *ad hoc*, deputado Álvaro Gomes, ao invés de solicitar a presença dos parlamentares em plenário, solicitasse que o deputado Euclides retirasse esta questão de ordem...

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Deputado Paulo Azi, já existem os 21 deputados presentes.

O Sr. Paulo Azi:- Fico satisfeito por já ter completado os 21 deputados, Sr. Presidente, porque, efetivamente, esta Casa iria entrar num descrédito ainda maior caso esta sessão, objeto de convocação extraordinária, tivesse sido interrompida por

falta de parlamentares em Plenário.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Para concluir, deputado.

O Sr. Paulo Azi:- Portanto, eu quero me congratular com os parlamentares que vieram a plenário, especialmente os deputado de Oposição que atenderam à solicitação do Líder Heraldo Rocha...

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Concluindo, deputado, porque já houve número legal para a continuidade da sessão.

O Sr. Paulo Azi:- (...) ao não permitir que esta sessão viesse a terminar. Felicito a V. Ex^a.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Continuando, com a palavra o deputado Capitão Tadeu pelo tempo de cinco minutos. (Pausa) Com a palavra o deputado Capitão Tadeu pelo tempo de 5min. do tempo do PSB.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Horário das Lideranças Partidárias.

Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria ou do Bloco Parlamentar PDT/PSC/PCdoB para falar ou indicar orador pelo tempo de 8 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, falará o deputado Capitão Tadeu pelo tempo de 4 minutos e o deputado Zé Neto falará pelos 4 minutos restantes.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o deputado Capitão Tadeu pelo tempo de 4 minutos.

O Sr. CAPITÃO TADEU:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, funcionários, povo baiano, principalmente os Srs. Deputados desta Casa, quero aqui registrar publicamente o meu descontentamento com os dois projetos do governo que tratam dos servidores públicos, mais especificamente a questão do fim da estabilidade econômica para os futuros servidores e, na prática, o congelamento da gratificação dos servidores públicos que têm estabilidade.

Gostaria de dizer que, em tese, o fim da estabilidade econômica é uma coisa boa, mas, na prática, o que vamos ver é redução salarial do servidor público. Porque o governo enche o servidor público de penduricalhos, de gratificações, e quando se aposenta ele não vai ter mais direito de incorporação. Isso significa que no futuro vamos ter servidores públicos que vão se aposentar ganhando 20% ou 30% do seu salário original. Isso é inconcebível num governo democrático, num governo republicano.

Quero registrar que, sendo deputado da base do governo, eu votarei contra, não vou coadunar nem trair os nossos discursos do passado. Esse projeto do governo que acaba com a estabilidade econômica, essa PEC, e o projeto de lei que congela na prática a gratificação da estabilidade econômica são projetos nocivos ao servidor público, vão redundar em redução salarial. Nós não podemos aceitar isso, temos que sentar e negociar com o governo para a mudança desse projeto, porque para algumas categorias a lei fala no pagamento de subsídio. O governo não paga o subsídio, mas quer pagar gratificação e agora quer reduzir o salário do servidor.

Sou contra, ficarei contra e vou mobilizar os servidores públicos para isso. E deputado que votar a favor desse projeto vai estar votando contra servidor público.

Quero deixar clara essa minha posição. Não vou aceitar nada nesta Casa que venha prejudicar o servidor público.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o deputado Zé Neto pelo tempo de 4 minutos.

O Sr. ZÉ NETO:- Boa tarde a todos que estão nos ouvindo, meus companheiros deputados e todos que neste momento assistem à televisão. Deputado Tadeu, acho que neste momento a gente tem que entender, cada dia compreendo mais isso, que esta é a Casa do debate. Quando cheguei aqui, nos primeiros dois anos, cheguei a ter conflitos pessoais com algumas pessoas das quais hoje sou amigo. Foi assim também na Câmara de Vereadores. Tenho hoje um amigo pessoal, de família mesmo, que é Fernando, e nós tivemos muitos embates.

Mas o dia-a-dia do Parlamento nos ensina que esta Casa é a Casa do debate e ninguém tem que fazer bico porque o outro pensou diferente. Agora, tem que discutir com veemência e vir aqui defender. E se chegar um projeto aqui, temos a obrigação de discutí-lo e trazê-lo para a órbita do debate. Não me lembro de nenhum debate neste governo em que se teve alguma coisa que é danosa e não se modificou, até porque se teve alguma coisa que é danosa, vamos discutir, vamos votar para ver se realmente é danosa, se é aquela interpretação. V. Ex^a fez uma interpretação de um projeto da Polícia Militar, depois eu lhe mostrei, que não tinha procedência, concorda?

Se esse tiver... Não, V. Ex^a sabe, um outro teve, mas um desses procedimentos com que V. Ex^a tinha preocupação, na verdade, havia uma lei federal que legislava sobre a Previdência. Então, é isso que eu quero colocar: eu estou à disposição de V. Ex^a para juntos fazermos esse debate, essa avaliação.

Queria aproveitar a presença da Casa, conversei agora há pouco com o deputado Gaban, e venho conversando com alguns deputados, com o deputado Elmar, deputado Gaban, V. Ex^a me conhece, sabe que sou muito sincero nas minhas coisas e pretendo ser sempre assim porque é assim que conseguimos nos relacionar. Conversei com Elmar, a imprensa tem colocado muitas vezes a questão das extras.

É complicado para esta Casa, para mim muito mais, porque, desde quando eu era vereador, o deputado Fernando Torres conhece o meu posicionamento, inclusive era o dele, quando éramos vereadores lá em Feira de Santana, nós fomos contrários a uma convocação, que era plenamente arbitrária e foi feita na Casa. Era meramente para atender a interesses que não eram da sociedade nem de processo legislativo. Acompanhei aqui, com V. Ex^a presidente, algumas convocações que V. Ex^a não convocou, quem convocou foi o governo do Estado, e vi as dificuldades que sempre temos que sofrer com relação à convocação extra.

Não sou contra a convocação extra na sua essência, porque vai haver convocação extra sempre. Agora, tenho dificuldade, sou contra a forma como vem sendo feita na Bahia. No Brasil, já se modificou em alguns lugares o aferimento dos

pagamentos.

Eu queria apenas dizer o seguinte, se nós podemos discutir isso na Casa, eu acho, deputado Gaban, que é possível discutir, V. Ex^a colocou uma tese ali, nós temos uma emenda parlamentar do deputado Zilton Rocha, e eu quero passar esse requerimento para o presidente da Casa.

Deputado Paulo Azi, V. Ex^a tem sua tese, a Bancada governista tem sua tese. Eu acho, deputados, que neste momento, ao invés de ficarmos... Eu passo pelo corredor, eu acho que alguém... Ô Zé Neto, faça isso! Outro fala: faça aquilo! Não pense aquilo, pense aquilo outro.

Quem pensa diferente aqui nesta Casa e se manifesta deve a cada dia ser mais respeitado, e eu respeito todo mundo que se manifesta aqui. É muito melhor do que estar nos corredores armando alguma coisa para poder pegar de supetão.

Eu queria dizer a V. Ex^a que existe uma emenda parlamentar, aqui na Casa, em curso. Eu acho que, se pudermos fazer esse debate, se não fizermos agora, o que eu acho até propício, porque temos o compromisso de, lá na nossa comissão, como V. Ex^a tem contribuído, e o deputado Elmar e outros deputados que participam do dia-a-dia da Casa, que nós façamos esse debate e digamos à sociedade, existe a Emenda 50, que hoje no Congresso Federal já vigora contra o Senado, contra o Congresso. Não há dificuldade em qualquer tema, mas que digamos à sociedade que não temos dificuldade nenhuma em fazer o debate para atualizarmos aqui o conceito do que será daqui para a frente a convocação extra.

Pode ser o que está na emenda do deputado Zilton Rocha, que extingue os pagamentos indenizatórios? Pode ser uma outra modalidade? Pode ser um outro processo de discussão que esta Casa tenha condições materiais de fazê-lo?...

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Para concluir deputado.

O Sr. ZÉ NETO:- Para concluir Sr. Presidente.

(...) Que façamos. Agora, o que não podemos fazer é ficar aqui nesta Casa eu tendo que estar me explicando o tempo todo, a imprensa liga, não tem jeito. Agora, digo aqui de público, quero encerrar, Sr. Presidente, não sou contra a convocação desta feita, que é uma convocação extremamente necessária, todo mundo viu. Outras poderão ser necessárias, algumas não foram necessárias. Agora, eu acho que isso é um pecado que, aliás, o próprio deputado Gaban coloca sempre que, nesta Casa, quanto a Regimento, nós começamos um debate sobre Regimento, eu participei durante um ano daquele debate sobre Regimento, pois tive que ir para a presidência da Comissão de Meio Ambiente e não consegui encerrar aquela participação.

Mas, Sr. Presidente, esse debate sobre Regimento, não só com relação a esse tema, mas outros tantos, eu acho que nós temos que retomar na Casa, senão nós não temos condições de discutir a questão das extras. Existe aí um volume muito grande de projetos, mas que coloquemos para a sociedade que não há desta Casa, pelo menos 25 deputados assinaram o projeto de emenda constitucional, ninguém está se esquivando desse debate. Agora, que tragamos para nós a responsabilidade de discutir Regimento, para elaborar um Regimento que seja atualizado com o o que a sociedade espera de nós.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Concedo a palavra ao nobre Líder do Bloco Parlamentar PR/PRTB, para falar ou indicar orador pelo tempo de até 8 minutos.

O Sr. Elmar Nascimento:- Presidente, falará por todo o tempo o deputado Pedro Alcântara.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o nobre deputado Pedro Alcântara, pelo tempo de até 8 minutos.

O Sr. PEDRO ALCÂNTARA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas que compõem a Mesa, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, imprensa, aqueles que nos honram com suas presenças, antes de entrar no assunto que me traz à tribuna desta Casa, quero fazer um comentário a respeito do pronunciamento do deputado Zé Neto em relação à convocação extraordinária.

Após mais de 20 anos nesta Casa, tenho opinião formada sobre esse assunto. Acho que a convocação extraordinária deve acabar, e só acontecer em caso de catástrofe. Sempre que há uma convocação extraordinária é para atender à conveniência de alguém e que não é a nossa, dos deputados que estão aqui presentes, dos deputados que marcam presença. Tenho nesta Casa, nos 20 anos em que aqui estive, quase que 100% de freqüência, pois cumpro o meu dever.

Agora, eu pergunto: existe algum trabalhador no Brasil que é convocado para um serviço extraordinário e não receba? Por que o tratamento diferenciado?

Então, acabe-se com a convocação extraordinária, a não ser em caso de catástrofe. E que o governo cumpra o seu dever, que as articulações políticas sejam competentes para se votar os projetos que aqui chegam, porque sempre há um responsável pela convocação extraordinária, alguém que não cumpriu o seu dever e não agiu no determinado momento.

Então, sou favorável a um projeto de lei que acabe com a convocação extraordinária e ela só ocorra em caso de catástrofe.

Nós temos nossas articulações políticas a fazer; a democracia é cara; o mandato custa caro. Eu, fora do mandato, quando estou em Juazeiro, para mim é 0800. Se houver uma convocação extraordinária, tenho que ficar em Salvador, e isso implica custo, despesa e movimentação do deputado.

Essa é a minha opinião a respeito dessa questão: votarei no projeto que acaba com a convocação extraordinária e que ela seja necessária apenas nas catástrofes, e estamos conversados.

Muito obrigado pela compreensão àqueles que entenderam o que coloquei.

Mas, Sr. Presidente, no dia 15 de dezembro do ano passado, enviamos correspondência ao governo do Estado, narrando a situação da fruticultura do Submédio do São Francisco. Foi uma carta longa e os 8 minutos que me foram concedidos talvez não sejam suficientes.

Atravessamos uma situação difícil na fruticultura. E alguns dados do IDH sobre a fruticultura são todos favoráveis. Ela é a grande alavancadora

economicamente e socialmente da Região do São Francisco, produzindo em mais de 120 mil hectares irrigados. A fruticultura dá emprego para cerca de 240 mil pessoas diretamente. E, hoje, o nosso produto enviado aos Estados Unidos, à Europa e até ao Japão não é aceito como anteriormente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas. Então, pedimos algumas medidas emergenciais aos governos estadual e federal no que diz respeito, principalmente, à carga tributária incidente nos insumos e material de embalagem e a implantação de defensivos “genéricos”, que serão objetos de pleitos específicos nos próximos dias.

O colapso iminente da fruticultura pode ser evitado com a postergação das dívidas, sem prejuízo dos limites de créditos, e a liberação imediata de financiamentos para a manutenção das atividades agrícolas.

Recebemos, em relação a essa correspondência, o seguinte ofício, assinado pela subchefe de Gabinete do Governador:

(Lê) *“Solicitação de adoção de medidas para superar a catástrofe que ameaça a maioria dos empreendimentos de fruticultura da região do Sub-médio do São Francisco.*

Senhor Deputado,

Ao cumprimentá-lo, reportamo-nos ao pleito em epígrafe, para esclarecer que a sua correspondência foi encaminhada à Secretaria da Agricultura, anexa ao Ofício nº 5264/2008/SGC e à Secretaria da Fazenda, anexa ao Ofício nº 5265/2008/SGC.

Oportunamente, este Gabinete o manterá informado dos desdobramentos do pleito.”

O ofício é datado de 30 de dezembro do mesmo ano.

Já se passaram mais de 10 dias e não recebemos qualquer chamamento da Secretaria da Agricultura ou da Secretaria da Fazenda para discutir um assunto que está levando o Submédio do São Francisco ao colapso, ao deserto.

Aqui, nesta Casa, Sr. Presidente, Srs. Deputados, condenamos desde o primeiro momento, e continuamos condenando, o projeto de transposição do rio São Francisco. São vários bilhões que estão sendo investidos. E já são, como eu dizia, assunto para investigação do Tribunal de Contas da União os recursos mal aplicados. Isso precisa ser justificado.

Já existem empresas que desistiram de tocar a obra, e o Ministério da Integração as ameaçou com multa. Essa multa não foi efetivada e até agora não se sabe qual a conduta do Ministério. É preciso saber por qual motivo essa empresa deixou de tocar a obra dum lote importante que custa alguns milhões de reais. Fala-se, e é uma falácia, gastando uma enormidade em programas de televisão e jornais deste País afora para convencer a população brasileira, principalmente a nós baianos, de que a transposição é importante, está sendo efetuada e paralelo a ela está ocorrendo a revitalização. É uma falácia, não tem revitalização nenhuma no São Francisco!

Nas férias do presidente da República, recentemente aqui, ele deu uma declaração de que a próxima viagem dele no Brasil será a visita à revitalização do Rio São Francisco. É importante que alguém desta Casa, se possível, o presidente da

Comissão Especial do São Francisco, acompanhe o Sr. Presidente, porque não existe revitalização do Rio São Francisco. O que existe é o assassinato do Rio São Francisco!

Esta Casa, que outrora foi uma trincheira contra a transposição, está silente. Não vejo nenhum dos deputados que foram à caça do voto, em nível federal e estadual, dos ribeirinhos falando agora contra esse famigerado projeto. Só há uma voz isolada no São Francisco, que é a do bispo de Barra. Proponho ao Sr. Presidente e à sua comitiva, inclusive ao ministro que deverá comparecer, que dê uma parada lá e faça uma visita ao bispo para reativar este debate, deputado Zé Nunes.

Não há transposição. Mas tem transposição, sim. O Tribunal de Contas da União já está de olho dizendo que as obras vão atrasar e que, se fizer uma fiscalização mais efetiva, com certeza verá que os recursos estão sendo mal aplicados, sabe Deus se não desviados. Por isso é importante, mesmo agora nesta convocação extraordinária, quando as comissões temáticas desta Casa não estão a funcionar, que a Comissão Especial do São Francisco - aqui faço um apelo ao seu presidente, deputado Misael Neto - convoque uma reunião conjunta, com a de Agricultura, por exemplo, para debatermos este assunto importante: a falência da fruticultura no Vale do São Francisco. Já nos reportamos ao presidente da República, ao Ministério da Agricultura, ao deputado e secretário estadual da Agricultura, Roberto Muniz, e ao governador do Estado, porque Pernambuco já está bastante avançado na assistência aos produtores daquela região, enquanto a Bahia está abaixo do quilômetro zero, meu caro Líder da Bancada do governo.

Faço também um apelo para que nós deputados de Juazeiro, em especial os do São Francisco, façamos um documento dirigido ao governador da Bahia, ao Sr. Secretário, ao Sr. Presidente e ao ministro. Além de assiná-lo, levo as assinaturas de Vilmar Campelaro, coordenador da Câmara de Fruticultura do Sindicato Rural de Petrolina, e Ivan Pinto da Costa, presidente da Câmara de Fruticultura de Juazeiro.

O Sr. PRESIDENTE (Ivo de Assis):- Para concluir, deputado.

O Sr. PEDRO ALCÂNTARA:- Portanto, urge, é urgente, é necessário que esta Casa fique atenta, deputado Euclides. V.Ex^a é preocupado, um parlamentar capaz, competente, que exigiu quórum. Isso é importante aqui para dar sequência a esta sessão, haja vista que quinta-feira talvez não haja. É a Lavagem do Bonfim ou coisa parecida. Se não houvesse hoje, Deus me livre! Receber o dinheiro do povo e trabalhar duas vezes por semana é um privilégio que poucos serem humanos alcançam nesta Terra.

Então, deixo como proposta a análise dessa correspondência às Comissões de Agricultura e Especial do São Francisco para que tentemos realizar na próxima semana uma reunião conjunta convidando essas pessoas para falarem do assunto. Assim debateremos também a questão da falência da fruticultura, a revitalização do São Francisco e a sua transposição. Se possível, vamos convidar representantes dos governos estadual e federal, pois entendo que este debate é vital para a região do São Francisco no presente momento.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Ivo de Assis):- Com a palavra o Líder do governo ou da Maioria ou do bloco Parlamentar PSDB/PT do B/ PSL/PTB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, por 5 minutos o deputado Euclides Fernandes e pelo tempo restante eu falarei.

O Sr. PRESIDENTE (Ivo de Assis):- Com a palavra o deputado Euclides Fernandes pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. EUCLIDES FERNANDES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, a imprensa tem falado muito na convocação extraordinária feita pelo Sr. Presidente, deputado Marcelo Nilo. Queremos colocar a nossa posição a respeito desta Convocação Extraordinária. No segundo semestre do ano passado, em 2008, além de ter sido um ano eleitoral – a realização das sessões ficou prejudicada –, o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, em ação movida pela Minoria, desconstituiu as comissões temáticas da Assembléia Legislativa, determinando uma nova composição, obedecendo ao critério da proporcionalidade.

Esses fatos muito contribuíram para que fossem acumulados projetos de lei bastante importantes para a sociedade baiana, projetos com o objetivo de disciplinar fatos econômicos e sociais de grande importância para a sociedade baiana.

Além disso, Sr. Presidente, Ivo de Assis, esses projetos beneficiariam as várias categorias profissionais e teriam que ser examinados, discutidos e aprovados até 30 de janeiro.

Por isso, Sr. Presidente, quero, desta tribuna, dizer do acerto desta Convocação Extraordinária, com 25 projetos que serão analisados por esta Casa de Leis. Não há dúvida de que o grande beneficiado não é o deputado estadual e sim a sociedade baiana.

Sr. Presidente, quero deixar bem claro que não acompanho a posição dos deputados Zé Neto e Álvaro Gomes, que foram a público para dizer que iriam doar seus salários.

Meus aplausos para esses deputados estaduais, apenas faço uma crítica no sentido de que a grande virtude é doar sem dar a divulgação, pois criou dificuldades para os demais parlamentares. Mas quero dizer que o salário extra que o deputado estadual recebe é legal, é moral.

O deputado estadual que teria o recesso de 15 de dezembro a 15 de fevereiro está aqui no seu dia-a-dia de segunda-feira a quinta-feira e quando tem obstrução da Minoria atravessa a noite para discutir e votar esses projetos em pauta da Convocação Extraordinária.

Sendo assim, Sr. Presidente, é justo que haja esse salário extra, porque o deputado também necessita da condição de ter suas férias, com seus familiares, que estão totalmente prejudicadas.

Mas Sr. Presidente, apesar do tempo já ter terminado, peço ainda para dizer ao deputado Paulo Azi, que numa questão de ordem fazia uma crítica à nossa solicitação

de verificação de quórum para continuidade da sessão, que fizemos a questão de ordem porque o Regimento da Casa exige a presença de 21 deputados para continuidade da sessão e naquele momento não havia 10 deputados em plenário. Então pedimos que fosse feita a verificação de quórum para que as lideranças da Maioria e da Minoria convocassem os Srs. Deputados para virem participar da sessão plenária. O efeito foi bem positivo, em pouco tempo tivemos aqui a presença de 47 deputados.

Então quero dizer ao deputado Paulo Azi que a minha questão de ordem tinha como objetivo principal trazer os deputados estaduais ao plenário para virem discutir os importantes temas que aqui são traçados.

O Sr. PRESIDENTE (Ivo de Assis):- Para concluir, deputado.

O Sr. EUCLIDES FERNANDES:- Atendendo ao nobre presidente deputado Ivo de Assis, termino a minha falação.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Ivo de Assis):- Com a palavra o deputado Álvaro Gomes pelo tempo de até 4 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, volto aqui a falar da importância da convocação extraordinária para apreciar os 25 projetos enviados pelo Executivo. Temos aqui projetos de grande importância. Este Parlamento teve uma intensa atividade no ano de 2008. É equivocado imaginar que não houve trabalho, que não houve movimento aqui em 2008. Foi um dos anos em que a Assembléia Legislativa mais se movimentou e mais trabalhou; mais discutiu, debateu, polemizou sobre os diversos problemas da sociedade.

Evidentemente que houve dificuldade de votação de projetos, o que não significa que os deputados não estavam trabalhando, não estavam aqui presentes discutindo, debatendo, participando de reuniões, obstruindo, ficando até tarde da noite aqui exercendo as suas funções. Então durante o ano todo houve um intenso trabalho de todos os parlamentares desta Casa aqui. Evidentemente que houve dificuldade de votação de projetos, o que não significa dizer que os deputados não estavam aqui presentes trabalhando, discutindo, debatendo, articulando e obstruindo. Significa dizer apenas que havia divergências políticas que são reflexos da própria sociedade, são reflexos da própria situação política que atravessamos. As eleições de 2008 contribuíram para essa dificuldade de votação objetiva de projetos.

Um outro problema que os parlamentares enfrentaram aqui nesta Casa foi exatamente a decisão judicial que determinou a recomposição das comissões, e isso fez com que a Assembléia Legislativa tivesse dificuldade de votar os projetos durante o ano de 2008. Portanto, resolvidas algumas pendências, resolvidas algumas questões políticas gerais que interferiram na votação de projetos aqui nesta Casa, a Assembléia Legislativa está neste momento em convocação extraordinária para aprovar 25 projetos do Executivo.

Portanto esta convocação extraordinária foi absolutamente necessária para

votar projetos fundamentais e importantes para a sociedade. Quem é que aqui questiona a necessidade da aprovação da Lei Orgânica da Polícia Civil? A necessidade de reestruturar a Polícia Civil para melhorar a segurança pública e para propiciar melhor salários e melhores condições de trabalho para os policiais? Quem é que aqui questiona a necessidade de aprovar o projeto da Defensoria Pública para melhorar a sua estruturação, para dar um atendimento melhor à sociedade? A Defensoria Pública é uma das instituições mais importantes do Estado da Bahia. Portanto, foi necessária a convocação extraordinária para aprovar esses projetos.

Estamos aqui hoje na segunda semana, segunda semana bastante produtiva, mas devemos terminar a convocação extraordinária e começar uma nova etapa, em que os projetos de deputados sejam efetivamente aprovados aqui nesta Casa Legislativa. Esse é o nosso grande desafio a partir de agora.

Assim, eu queria dizer que estamos trabalhando de forma correta para que possamos fortalecer a Assembleia Legislativa, que é uma das instituições mais importantes para a nossa sociedade e para o estado democrático de direito.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Ivo de Assis):- Com a palavra o nobre Líder do Bloco Parlamentar PP/PRP para falar ou indicar o orador pelo tempo de 8 minutos.

A Sr^a Antônio Pedrosa:- Sr. Presidente, falarei por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Ivo de Assis):- Com a palavra a nobre deputada Antônia Pedrosa pelo tempo de 8 minutos.

A Sr^a ANTÔNIA PEDROSA:- Sr. Presidente, nobres colegas deputados, não era minha intenção vir hoje a esta tribuna para falar, mas alguns discursos que aqui foram pronunciados obrigam-me a manifestar-me a respeito deles. Refiro-me ao discurso do deputado Zé Neto e o do deputado Álvaro Gomes., a respeito da convocação extraordinária. Acho que é demagogia – e tenho que dizer, com todo o respeito que tenho aos meus queridos colegas Álvaro Gomes e Zé Neto –, isso não passa de demagogia barata.

O deputado Zé Neto é presidente da Comissão de Constituição e Justiça e não indicou o relator para dar parecer ao projeto que acaba com a convocação extraordinária remunerada. Por que só agora, depois de feita a convocação, depois que já estamos em processo de votação, com as galerias, todos os dias, cheias, eles “jogam” para a plateia e dizem que vão renunciar aos seus salários? Que renunciem. Mas não fiquem aqui “jogando” para a plateia, dizendo que vão dar para instituição de caridade, porque isso não passa de compra de voto. Por que não devolve para a Assembleia Legislativa? Por que vieram... como se diz, acendem de um lado... jogam de um lado e do outro. Dizem que são a favor mas são contra cobrar. Aí dizem que vão doar para uma instituição de caridade. Quem quer doar para uma instituição de caridade, deputados Álvaro Gomes e Zé Neto, não ficam aqui dizendo para os jornais saberem, não. Quem quer fazer caridade por si, faz sozinho. Ficassem calados, fizessem suas convocações...

Estou com dois mandatos – este é o meu segundo mandato – e desde que os

senhores eram oposição que falavam da convocação extraordinária. Olha, isso tem seis anos, deputado Ivo. Tem seis anos. Por que ainda não foi votado? Eu votaria na hora. Agora, não vou aqui jogar isso para a platéia nem para a imprensa. E outra, é falta de coleguismo colocar os outros deputados no fogo como interesseiros. Isso é falta de corporativismo. Admiro-me, deputado Álvaro Gomes, o senhor que foi tão corporativista no Banco do Brasil, defendíamos a nossa classe com unhas e dentes, nos joga para os leões, e vocês dois saem de bonzinhos, dizendo que vão fazer caridade! Comprar votos! A instituição que receber vai ficar obrigada a votar, e vocês vão usá-la para arrumar votos.

Isto não é certo! Isto não é justo! Por que não botou esse projeto em votação? Estaríamos aqui dispostos a votar, assim como votamos por unanimidade o projeto que acaba com o nepotismo aqui. Foi a primeira Assembléia Legislativa do Brasil, o primeiro órgão público do Brasil que votou contra o nepotismo até o terceiro grau. Por que agora também querer tirar toda a convocação extraordinária! Vocês dois agora querem tirar proveito? Aí não! Dizer sou a favor! Nós que somos governista sabemos que o governo tinha 27 projetos e não foi culpa do governo não terem votado, foi por causa do processo eleitoral. Agora, pelo amor de Deus não venham aqui com blablablá, com proselitismo para cima da gente, não, Aqui não tem menino, não. Não tem burro, se fôssemos burros não estaríamos aqui como o senhor.

O Sr. Gaban:- V.Ex^a me permite um aparte?

A Sr^a ANTÔNIA PEDROSA:- Quero aqui conceder a palavra ao nobre colega Gaban.

O Sr. Gaban:- Deputada Antônia Pedrosa, faço minhas as palavras de V.Ex^a. E digo mais, até entre aspas, “justificaria” o posicionamento do deputado Álvaro Gomes, que fez uma declaração infeliz, mas, ao sentir que estava jogando contra a Casa, contra ele próprio e contra os colegas, ficou na dele. O deputado Zé Neto tem ido à imprensa reiteradas vezes voltando a esse assunto, que como V.Ex^a está colocando é assunto morto porque nem faz parte da convocação extraordinária. Então, não tem possibilidade de votação porque a convocação extraordinária tem pauta específica.

Ficar jogando para a platéia isso é terrível. E tem mais, esse assunto vamos debater, sim. Como V.Ex^a colocou: por que ele como presidente da Comissão de Constituição e Justiça não colocou isso em votação o ano todo? Indique um relator. Por que ele não indicou? Não fez nada! Agora, está jogando para a platéia, e é contra a Casa! Não é contra ele, é contra a Casa! E digo mais: nesta Casa se quiser debater o assunto, eu mesmo debato. Tenho família e acredito que tenho direito a ter minhas férias com a minha família. Estou aqui contra a minha vontade! Estou aqui trabalhando porque o Regimento Interno me obriga a vir aqui. Se tivesse opção de não receber e estar em casa com a minha família, estaria com minha família. Mas se eu não tiver dois terços da minha presença, o meu mandato será cassado! É por isso que estou aqui.

Agora, sou favorável a não ter mais convocação extraordinária nesta Casa. Sou favorável. Se fizer uma autoconvocação, não se tem remuneração. Não posso

concordar que fiquemos, como denunciei nesta Casa por várias vezes, sete meses sem ter um projeto sequer para votar. Um projeto sequer de julho até dezembro! Agora aparecem vinte e tantos projetos para serem votados! Não vou me responsabilizar pela inércia de ninguém, responsabilizo-me pelos meus atos. Sou contra autoconvocação. Se tiver uma autoconvocação, não devemos receber. Se quisermos acabar com a convocação extraordinária, também sou favorável. Agora, pela inércia dos outros não me responsabilizo. Se me convocarem, tenho que receber como qualquer trabalhador, porque se não estiver com minha família, e ela tem o direito de ter a minha companhia pelo menos nas minhas férias.

A Sr^a ANTÔNIA PEDROSA:- Incorporo o seu aparte à minha fala.

O deputado Pedro Alcântara também me está dizendo, de público, que assina embaixo das minhas palavras.

Mas, deputado Álvaro Gomes, se V.Ex^a mudou de atitude, desculpe-me pelas minhas palavras, mas quero deixar aqui tudo que falei a respeito do colega Zé Neto.

Muito obrigada, Sr. Presidente, por sua tolerância.

(Não foi revisto pela oradora nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Ivo de Assis):- Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria ou o do PMDB para falar ou indicar orador, pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, falarei por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Ivo de Assis):- Com a palavra o deputado Álvaro Gomes, pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, acho que a Assembléia Legislativa é uma das instituições mais importantes para a sociedade e para o Estado Democrático de Direito. E observamos, em muitos momentos, uma investida muito pesada para desgastar uma instituição que tem importância para a Bahia, o Brasil, a democracia e a transparência. O meu esforço, assim como o dos demais parlamentares, tem sido sempre no sentido de fortalecer essa instituição.

Tenho evitado falar sobre essa questão da convocação extraordinária no que diz respeito à minha posição individual. Não enviei *release* para a imprensa, não contratei qualquer órgão de comunicação, procurei fazer de uma forma que ninguém soubesse, que ninguém tivesse conhecimento. No início do mandato, fiz uma indicação ao Congresso Nacional, ao Senado, para se acabar com a remuneração nas convocações extraordinárias. Essa minha posição é oficial, independentemente de falar ou não dela. Mas está disponibilizada, porque é um documento e a imprensa dele tem conhecimento.

Tenho evitado comentar essa questão da convocação extraordinária porque acho que devemos comprar esse debate de uma forma coletiva, transparente, de uma forma muito sincera.

Acho que a convocação extraordinária, o que estamos presenciando hoje, é uma necessidade objetiva. Em nenhum momento, desde quando assumi aqui o mandato de deputado estadual, discordei...

O Sr. PRESIDENTE (Ivo de Assis):- Um momento, deputado Álvaro Gomes.

Deputado Prof. Valdeci, V.Ex^a pode substituir a deputada Antônia Pedrosa, que precisa resolver um assunto urgente em seu gabinete?

O Sr. ÁLVARO GOMES:- (...) ou me coloquei contrário às convocações extraordinárias. Em determinadas situações, é necessário mesmo que haja convocação extraordinária.

Fiz essa indicação no início do mandato, isso está documentado, registrado e por isso é que a imprensa tem conhecimento do meu ponto de vista. Não que eu tenha comunicado à imprensa, enviado *release* ou coisa semelhante.

Desde o início, a minha posição é: que a convocação extraordinária não precisa ser remunerada. O Congresso avançou e tomou a posição da não-remuneração, inclusive reduzindo o recesso parlamentar. Particularmente, acho que o recesso parlamentar não deve ser reduzido, porque, em minha opinião, recesso não é férias. Defendo a tese de que recesso significa apenas ausência de sessões plenárias. Não tem sessões plenárias, mas o parlamentar se movimenta, ele participa de reuniões, ele visita suas bases no interior, ele recebe os diversos segmentos em seu gabinete, ele apresenta proposições, o gabinete funciona, então o recesso é apenas ausência de reuniões plenárias. E eu não sou favorável à redução do período do recesso parlamentar, sou favorável à retirada da remuneração extra. Esse é meu ponto de vista. Tenho evitado falar disso, exceto na sua essência, falar politicamente, até no sentido de preservar os demais parlamentares, todos nós e a própria instituição no sentido de nos fortalecer e no sentido de que a Assembleia Legislativa não fique a reboque do que a imprensa quer que fique, acho que temos fazer aquilo que entendemos que é correto, independentemente da opinião da imprensa ou de determinados segmentos que buscam desgastar a imagem da instituição.

Com o aparte o deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- V. Ex^a faz um ponderado pronunciamento a respeito desse assunto, e o que me chama a atenção, deputado Álvaro Gomes, dentro da linha de raciocínio de V. Ex^a, é que qualquer assunto tem que ser debatido de maneira muito clara e objetiva. Qualquer assunto que diz respeito a esta Casa temos que debatê-lo e ver o que a maioria acha que deve ser aprovado ou não. O que não concordo é que no momento que se tem na Casa 25 projetos para ser analisados alguém vai a imprensa colocar um assunto para tirar proveito próprio, um assunto que não é pertinente à convocação extraordinária, que tem uma pauta específica. Esse tipo de demagogia barata, que não é o caso de V. Ex^a, porque até antes de V. Ex^a falar eu fiz uma ressalva do comportamento de V. Ex^a com relação a esse assunto, e acho que no momento oportuno vamos discutir, sim, que é a partir de 15 de fevereiro, quando termina a convocação extraordinária feita pelo Presidente da Casa. Aí, sim, vamos debater o que estiver na ordem do dia.

E também não é o caso porque o presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Casa, deputado Zé Neto, não nomeou um relator para este projeto, que seria de sua alçada já que é o presidente da Comissão. No mais concordo plenamente com o que disse V. Ex^a.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Então eu acho que nós temos que travar esse

debate de uma forma muito tranquila, acho importante que a própria que a Assembléia Legislativa seja sensível às necessidades do seu fortalecimento. Na minha opinião, acabar a remuneração no período de convocação extraordinária fortalece o Poder Legislativo. Mas isso acho que precisamos discutir de forma democrática, tranquila, porque é muito desgastante a cada necessidade de convocação extraordinária sofrer esse desgaste entre colegas, na imprensa. E cada vez que acontece uma convocação nós enfrentamos esse problema e podemos resolver isso de uma forma tranquila, democrática.

Eu acho que realmente não é o momento de se discutir esse projeto de resolução, de alteração, acho que o momento foi o que passou e o que virá. Também concordo que passada a convocação extraordinária, com tranquilidade, todos os parlamentares amadurecerão seus pontos de vista, refletirão sobre a questão e chegará o momento de discutirmos a questão e encontrarmos uma solução para essa celeuma sobre a convocação extraordinária.

Portanto não tive nenhuma intenção de prejudicar nenhum dos colegas, pelo contrário, tenho defendido aqui que os parlamentares aqui trabalham, todos os parlamentares aqui trabalham. O problema é o que cada parlamentar defende. Um defende um ponto de vista, outro defende outro ponto de vista e assim por diante, mas todos trabalham, sem exceção.

Não é verdadeira a afirmação de que o deputado não faz nada, de que o deputado fica durante o ano inteiro sem fazer nada. Todos os deputados trabalham. Uns defendem uma posição, outros defendem outra posição, uns defendem uma posição que considero consequente, outros defendem uma posição que considero inconsequente. A sociedade é quem tem que julgar a ação de cada deputado, mas todos os deputados exercem suas atividades de forma correta, nas bases, nas reuniões, nas articulações, nas viagens ao interior, nos compromissos. Todos os deputados exercem as suas atividades e todos os deputados, efetivamente, trabalham.

Portanto, eram essas as considerações que gostaria de fazer, pedir desculpas aos parlamentares se por acaso minha posição veio a prejudicar alguns dos senhores, mas, não foi essa a minha intenção, muito pelo contrário. minha intenção e o meu objetivo são fortalecer a instituição Assembleia Legislativa.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Ivo de Assis):- Concedo a palavra ao nobre líder da Minoria ou do Democratas para falar ou indicar orador pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Heraldo Rocha:- Por todo tempo o deputado Gaban.

O Sr. PRESIDENTE (Ivo de Assis):- Com a palavra o nobre deputado Gaban pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, voltando ao tema desta convocação extraordinária, até o momento não ouvi, Sr. Presidente, nenhuma manifestação dos líderes desta Casa a respeito da pauta da convocação extraordinária.

Logo no início, no primeiro dia da convocação extraordinária, formulei uma

questão de ordem e indaguei ao presidente da Casa, deputado Marcelo Nilo, a respeito do que havia sido conversado entre as lideranças partidárias desta Casa, sobre os projetos que seriam apreciados. E àquela época, o acordo de lideranças dizia que os projetos que se encontravam na Casa, com exceção do projeto da Secretaria da Fazenda, e o projeto da Controladoria Geral do Estado, esses dois projetos não entrariam em pauta. E os demais projetos que não estavam na Casa seriam incluídos, tendo em vista os projetos que chegariam a esta Casa referente à remuneração dos servidores do estado, para que não ficassem prejudicados, já que o salário mínimo deverá ser majorado a partir de fevereiro.

E o presidente da Casa, respondendo àquela questão de ordem que eu fazia, declarou não ter participado da reunião das lideranças e colocou na pauta da convocação todos os projetos que aqui chegaram desde de 19 de dezembro até o dia 30 de dezembro, totalizando esses vinte e tantos projetos que se encontram na Casa.

Acontece que, três projetos que não constaram das discussões entre as lideranças desta Casa, um deles importantíssimo, que reformula todo o transporte intermunicipal do Estado da Bahia, não só o oficial... Como tentará... - e a idéia era a de regulamentar também o transporte alternativo. Um projeto importante, não entrou em pauta e não pode ser votado de uma maneira açodada como está se querendo fazer ou está previsto fazer, nesta convocação extraordinária.

Os segmentos organizados têm que ser ouvidos. São mais de 7 mil e 500 famílias, presidente Ivo, que serão afetadas por isso. Todo o transporte intermunicipal da Bahia poderá ser alterado sem uma discussão ampla, sem ouvirmos os empresários, as associações que hoje fazem o transporte alternativo. Não podemos. É um projeto que está aí há anos e anos, tem uma década que queremos regulamentar esse transporte, na hora que vem, vem com dispensa de formalidades, para ser votado de uma maneira açodada, sem discussão nas comissões pertinentes da Casa. Não, seria uma irresponsabilidade. Da mesma forma que a PEC, já falei aqui várias vezes – essa PEC tira direito adquirido dos funcionários, não podemos, não temos competência para, de forma açodada, sem uma discussão mais ampla, discutir este projeto, que não fez parte do acordo das Lideranças desta Casa, entre os projetos que seriam apreciados na convocação extraordinária.

O mesmo ocorre com a alteração do inciso II do art. 39, que tira a garantia que os ocupantes de cargo de confiança têm no Estado, que, depois de 10 anos exercendo um cargo em comissão, tenha sua estabilidade financeira garantida para o resto da vida.

Esse direito não pertence apenas ao funcionário que, quando ingressou no serviço público, sabia que teria essa garantia para o resto da vida e que o seu salário seria corrigido sempre que tivesse alteração nos cargos de confiança do governo do Estado. Tirar esse direito não pode, é inconstitucional. Isso pertence à família do servidor público, não pertence só a ele, e não é esta Casa que vai ter competência para tirar um direito adquirido de um servidor público do Estado.

Os governos passam, o Estado continua, a máquina administrativa continua. Então, não podemos fazer isso. Da mesma forma, a Assembléia Legislativa

permanecerá. Já existe. Quantos Srs. Parlamentares já passaram por aqui? A maioria com certeza absoluta já faleceu, mas a Assembléia continua.

Não podemos ter a irresponsabilidade as nossas costas de tirar direito adquirido de milhares e milhares de servidores públicos do Estado da Bahia. Até concordaria, já que o sistema de previdência, não só da Bahia, mas do Brasil e de outros países, é falido, e que se retire esse direito para quem vai ingressar no serviço público. É uma outra história! Isso podemos discutir e aprovar nesta Casa, deputado Bira, mas tirar o direito adquirido de quem ingressou no serviço público, sabendo que tinha um horizonte, se esforçou para ter a oportunidade de exercer um cargo de confiança, não. A maioria esmagadora, sem sombra de dúvida, exerceu um cargo de confiança pela competência que demonstrou no exercício de suas funções. E agora que a sua família vê um horizonte de, na sua aposentadoria, ter um salário que lhe garanta correção a cada ano que o governo registrar o cargo em confiança pertinente, o seu salário também será remunerado...

E iríamos aprovar ou apreciar uma mudança na regra do jogo, tirar o direito que a Constituição garante a esses servidores, já que no projeto, da forma que está colocado nesta Casa, a correção não seria a mesma para os ocupantes de cargo de confiança. A correção, a partir de agora, para esses que têm estabilidade financeira do Estado, garantida pela Constituição, seria através do menor índice de reajuste, que é próximo do salário mínimo, é o que se faz, o reajuste unificado dos servidores públicos.

Então, chegou e passou da hora, aproveito para ver os Líderes partidários aqui. Estão os Líderes do PP, do PT, do DEM, do PR, do PDT, do PMDB, da Maioria, Waldenor, do PC do B, todos têm que se manifestar publicamente. Vale ou não vale acordo nesta Casa? Se for feito um acordo entre as Lideranças tem que ser respeitado.

Não se pode votar de uma maneira precipitada e irresponsável projetos que nem deveria estar fazendo parte da convocação extraordinária. Parece que estamos querendo esconder o sol com a peneira. Não podemos. Chegou a hora de encararmos, até porque os projetos estão aí e não vi nenhuma manifestação dos Líderes desta Casa, ou o comportamento que terão, sobretudo com relação a esses 3 projetos que aqui nomeei.

Não adianta vir aqui obstruir - mas serei o primeiro a fazê-lo - qualquer um desses 3 projetos que entrarem na pauta, pois para mim até o momento não estão na pauta porque prevalece o acordo de Lideranças. O próprio presidente da Assembleia, deputado Marcelo Nilo, tem de reconhecer: "Fiz a convocação baseado em todos os projetos que existem." Qualquer acordo de Lideranças feito que eu não tenha participado, naturalmente não serão votados projetos por vontade soberana dos deputados.

Finalizando, Sr. Presidente, espero que o bom senso prevaleça para que a gente não venha de uma forma arbitrária, irresponsável, sem nenhum tipo de discussão, tirar direitos adquiridos e, além do mais, aprovar sem conhecimento algum um transporte intermunicipal que vai envolver todo o Estado da Bahia e todos os passageiros que necessitam dele.

[Espero que nas próximas horas as lideranças políticas deste Legislativo se manifestem e cumpram o que foi acordado. Aprovar ou discutir os projetos que aqui estão, sobretudo aqueles que dizem respeito ao aumento salarial dos funcionários públicos estaduais.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Ivo de Assis):- Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria ou o Líder do PT para falar ou indicar orador pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, falará por 5 minutos o deputado Javier Alfaya e por 4, o deputado Bira Coroa.

O Sr. PRESIDENTE (Ivo de Assis):- Com a palavra o deputado Javier Alfaya, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. JAVIER ALFAYA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, companheiros da Imprensa, povo da Bahia que nos escuta pela *TV Assembleia*, a Comissão de Saúde é presidida por mim. E anteriormente teve a vice-presidência do deputado Heraldo Rocha, que até então não se decidiu fazer parte com o PFL das Comissões da Casa. Estamos aguardando os deputados Elmar, Misael, Luiz Augusto, Rogério, V.Ex^{as} que estão aí na Bancada da Oposição. É uma Bancada mesclada, porque também tem gente que apoia o governo. Estamos esperando a decisão dos democratas para finalmente - não é isso, deputado Eliedson? - compor a proporcionalidade nesta Assembleia.

Mas, com ou sem o brilhantismo do deputado Heraldo na vice-presidência do Colegiado, com ou sem a ironia dele, com ou sem as suas brincadeiras, vamos fazer uma atividade muito séria amanhã na Comissão de Saúde, às 10 horas da manhã. Aproveito para convidar os deputados Heraldo e Eliedson, que é da Comissão também, para debatermos o projeto de lei do Executivo reestruturando o Plano de Cargos dos Servidores da Saúde do governo da Bahia.

Não se trata, quero deixar claro, de uma reunião regular da comissão. Não se trata de uma reunião para votar pareceres nem para emendar projetos do governo. Trata-se, tal como está sendo convocada por mim, dum debate sobre o projeto, porque há deputados que vêm me perguntando aspectos dele que não tenho como esclarecer. Deputadas também têm se dirigido a mim manifestando o mesmo interesse, deputado Bira Coroa, mas principalmente, deputado Ivo, sindicatos representativos dos funcionários da Sesab, médicos, médicos aposentados, os auditores médicos. Há inclusive uma série de profissionais da Saúde que não são da Secretaria mas têm interesse em discutir de que maneira poderiam se encaixar nessa extraordinária iniciativa do governador Wagner, bolada, escrita, redigida pela equipe do nosso brilhante secretário Jorge Solla, que atende finalmente boa parte dos pleitos históricos das categorias dos médicos, dos servidores universitários da Sesab e de outros servidores não universitários que trabalham na Secretaria da Saúde e que tanta dedicação, abnegação, respeito pelo serviço público têm quando enfrentam, muitas vezes, condições extremamente difíceis de trabalho em grandes hospitais, como é o

caso do HGE, do Roberto Santos e outros tantos hospitais que estão gradativamente sofrendo reformas e melhorias nos equipamentos, estruturas arquitetônicas, distribuições espaciais, organograma interno, graças a uma lei aprovada aqui nesta Casa, deputado Bira Coroa, por nós mesmos, no ano passado. Estamos tendo melhorias profundas, muitas delas ainda timidamente divulgadas para a sociedade baiana, mas que são importantíssimas para atender o nosso povo no terreno da saúde.

Então, como presidente da Comissão, espero contribuir e espero que todos nós tenhamos a felicidade de, com a aprovação da urgência, amanhã à tarde, pretendida pelo nosso Líder Waldenor Pereira, possamos, semana que vem, votar finalmente o plano de cargos e salários ou plano de cargos e vencimentos, como se queira, da Sesab, que é uma luta que eu acompanho, deputado Ivo, V.Ex^a que preside a sessão, desde quando fui vereador de Salvador, no primeiro mandato, em 89, e participei do congresso de fundação do Sindsaúde, estive nas primeiras assembleias do Sindsaúde, acompanhei todas as lutas...

(Soa o alarme eletrônico.)

O Sr. JAVIER ALFAYA:- Permita-me só a conclusão.

(...) esses anos todos e a pauta, deputado Bira, repetia-se, e, agora, no nosso governo, a pauta está sendo atendida, se não em 100%, mas, em boa medida, em mais de 80%, certamente, inclusive já tendo sido atendido o pleito histórico de um adicional que era pleiteado pelos servidores não universitários, contemplado no projeto de lei enviado a esta Casa em 2008.

Portanto, estou muito satisfeito, muito contente, muito feliz, por, como presidente da Comissão de Saúde e Saneamento, verificar os avanços no atendimento ao nosso povo, nos índices que indicam claramente a melhoria das condições da saúde na Bahia e, finalmente, no atendimento dos pleitos dos trabalhadores da saúde.

Certamente, algumas questões e reivindicações que não poderão ser atendidas já, de imediato, ficarão na pauta para serem tratadas mais à frente, mas já estaremos dando um grande passo, semana que vem, com a votação desse projeto. Colocaremos num patamar de qualidade superior a atividade profissional dos médicos, fisioterapeutas, nutricionistas, enfermeiros, auxiliares de enfermagem, todos os demais trabalhadores, que são da grande família que labuta no serviço público de saúde, incluindo aí os agentes comunitários de saúde e os agentes de endemias, que são outra categoria que não está enquadrada. No caso dos agentes comunitários da saúde, não são funcionários do governo, mas prestam um serviço de grande valor, de grande valia, para nossa população, especialmente a mais necessitada do atendimento público na área da saúde.

Portanto, reafirmo o convite, deputado Ivo, a V.Ex^a, que é um deputado ativo da Comissão, deputada Marizete, para amanhã, às 10 horas, na sala da Comissão de Saúde e Saneamento, Sala Deputado José Amando, realizarmos um importante, mas simples debate, sobre o projeto que está aqui na Casa. Insisto nisso, não é uma reunião para votar pareceres, não é uma reunião para fazer emendas ao projeto, mas para elucidar questões sobre o projeto e assim, dessa maneira, podermos votar com mais segurança e com mais tranquilidade a favor desse projeto, que é da lavra da

equipe do Dr. Jorge Solla, enviado a esta Casa pelo governador Jaques Wagner.
Muito obrigado, deputado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Ivo de Assis):- Com a palavra o deputado Bira Coroa pelo tempo de 4 minutos.

O Sr. BIRA COROA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as}. Deputadas, senhoras e senhores presentes, senhoras e senhores servidores, faço uso da palavra, nesta tarde de hoje, primeiro, para reafirmar a importância desta convocação extraordinária. São 25 projetos, debatidos e discutidos nesta Casa, de tamanha importância para a sociedade. A maioria deles é estratégica, porque é estruturante para o melhor desempenho do serviço público em nosso Estado.

É bom destacar que muitos dos projetos que ora estão em debate e discussão para a aprovação nesta Casa são preteridos e questionados e até mesmo reivindicados pelas categorias há mais de 40 anos. É bom destacar que este é o momento em que esta Casa e o governo do Estado, com uma ação de responsabilidade, corrigem defasagens históricas no funcionalismo público.

O nobre deputado Javier Alfaya, aqui, apontou muito bem os planos de cargos e salários, ou cargos e vencimentos dos servidores públicos da maioria das categorias que as regulamentam, regularizam e norteiam, assegurando-lhes direitos constitucionais, mas, acima de tudo, estimulando o servidor no exercício de suas funções.

Então, Sr. Presidente, por isso, destaco a importância de estarmos debatendo nesta audiência, respeito o posicionamento da imprensa, ela faz um papel importante, porque destaca, critica, chama a atenção da sociedade, mas não vejo igual responsabilidade e compromisso da mesma imprensa com conquistas desta Casa, com ações que foram consideradas pioneiras, como, por exemplo, a extinção do nepotismo nesta Casa, pioneira em Casas Legislativas.

E lembro muito bem que, na semana inteira, olhei a imprensa escrita deste nosso Estado e encontrei em dois jornais apenas matérias que não passavam de cinco centímetros de texto, repito, não passavam de cinco centímetros de texto. Eram sem destaque, sem debate, sem discussão, sem valorização de uma ação como essa.

Mas encontramos aqui em destaque, e vamos estar em destaque ao longo de toda esta convocação, para discutir se era ou não justa a convocação; se vale ou não a pena o investimento dos recursos públicos para essa ação. Mas não vejo a mesma imprensa discutindo que, por exemplo, está nesta Casa, provavelmente para ser aprovado no dia de amanhã, a regulamentação da Polícia Civil, a qual, há 40 anos, repito, 40 anos, vem sendo reivindicada, e a Lei Orgânica que regulamenta a atuação da Polícia Civil no Estado da Bahia está nesta convocatória, nesta convocação, e estará sendo votada amanhã.

Não vejo igual destaque por parte da imprensa para valorizar essa conquista para a sociedade como um instrumento estratégico para enfrentar a violência, restabelecer a auto-estima do servidor e, em especial, dos policiais, dos delegados,

dos demais servidores dessa categoria.

Sr. Presidente, para concluir, são essas as ações que estão em debate e em discussão esta semana, e tais temas vão se alongar por toda a convocação, até o próximo mês, sem dúvida alguma, como fato de conquista por parte do governo, de responsabilidade e compromisso desta Casa e de conquista da sociedade baiana.

Por isso, eu, mais uma vez, venho aqui reafirmar a importância deste momento. Esta Assembleia está se reunindo em convocação extraordinária para assegurar avanços para a sociedade baiana.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Ivo de Assis):- Não havendo matéria na Ordem do Dia, declaro encerrada a sessão.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/sessoes.cfm>. Acesse ao caminho **Atividades Parlamentares - Sessões Plenárias** e leia-as na íntegra.*